

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 5.984, DE 2013

Altera o § 2º do art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho para garantir a reintegração ao emprego do empregado afastado para cumprimento de encargo público que esteja em exercício de contrato de experiência.

Autor: Deputado CARLOS BEZERRA

Relator: Deputado JORGE CÔRTE REAL

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões em regime de tramitação ordinária, propõe que o § 2º do art. 472 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) passe a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 472.
.....
§ 2º Nos contratos por prazo determinado, o tempo de afastamento, se assim acordarem as partes interessadas, não será computado na contagem do prazo para a respectiva terminação, salvo nos casos de contrato de experiência, quando serão assegurados ao empregado os direitos previstos no caput e no § 1º deste artigo independentemente de acordo.
.....(NR).”

A justificação do Projeto destaca sua finalidade de estender a garantia de manutenção do emprego prevista no *caput* do art. 472 da CLT ao empregado em contrato de experiência.

De acordo com o texto do projeto, o período de afastamento do trabalhador para o serviço militar ou outro encargo público não deve ser computado na contagem do prazo para o término do contrato de experiência, e o empregado tem o direito de retornar ao exercício do cargo, desde que notifique o empregador dessa intenção no prazo máximo de trinta dias, contado da data em que se verificar a respectiva baixa ou a terminação do encargo a que estava obrigado, conforme já dispõem o *caput* e o § 1º do art. 472 da CLT.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Conforme a atual redação do § 2º do art. 472, nos contratos por prazo determinado, como é o de experiência, o tempo de afastamento apenas deixará de ser computado na contagem do prazo para o término do contrato se isto for acordado pelas partes. Na ausência de acordo neste sentido, o contrato de experiência termina no prazo estabelecido, que não pode exceder de 90 dias, consoante o parágrafo único do art. 445 da CLT.

O que o Projeto em análise pretende é a suspensão automática do prazo do contrato de experiência enquanto o empregado estiver afastado em razão de serviço militar ou outro encargo público obrigatório, com a manutenção do contrato de trabalho durante todo o período de afastamento e o direito ao empregado de retornar ao cargo para completar o período de experiência. Por exemplo, em um contrato de experiência de 90 dias, se o empregado precisar afastar-se no 60º dia para o serviço militar obrigatório, ele poderá retornar após a respectiva baixa, para cumprir os 30 dias restantes.

Apesar da relevância das regras de manutenção do contrato e garantia de retorno ao emprego quando o trabalhador é obrigado ao serviço militar ou a outro encargo público, entendemos que não há razão suficiente para sua aplicação aos contratos de experiência.

Consoante o art. 473 da CLT, os principais casos de ausência ao trabalho por encargo público de curta duração – como alistamento

eleitoral, alistamento militar e comparecimento a juízo – já são considerados interrupção do contrato de trabalho, hipóteses em que é devido inclusive o pagamento de salários.

A proposição em análise abrange afastamentos de longo período (art. 472 da CLT), razão pela qual entendemos que é desproporcional sua aplicação ao contrato de experiência, cujo prazo máximo é de 90 dias.

O serviço militar inicial, hipótese mais comum de incidência do art. 472 da CLT, tem a duração normal de 12 meses, conforme o art. 6º da Lei nº 4.375/1964. Enquanto o contrato de trabalho fica suspenso em razão do serviço militar, permanece a obrigatoriedade do empregador quanto aos depósitos de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (art. 28, I, do Decreto nº 99.684/1990).

Assim, um contrato de experiência, com prazo fixado em 90 dias ou menos, poderá, independentemente da vontade das partes, gerar obrigações ao empregador por período normalmente superior a um ano, sujeitando-o a uma situação gravosa desproporcional.

Diante disso, embora seja nobre o propósito desse Projeto quanto à preservação dos contratos de experiência dos empregados sujeitos a encargos públicos, não se pode negar seu potencial efeito negativo de, na realidade, desestimular a contratação de homens de 17 anos de idade, dificultando, assim, o ingresso no mercado de trabalho justamente aos principais destinatários da proteção desejada.

Portanto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei nº 5.984, de 2013.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado JORGE CÔRTE REAL
Relator – PTB/PE